

## CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM BRASÍLIA

## Estudo Técnico Preliminar 28/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 63402.002529/2025-11

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio de cozinha, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinada à execução das atividades de apoio operacional no Centro de Intendência da Marinha em Brasília (CeIMBra).

2.2. O CeIMBra é responsável pelo fornecimento diário de refeições aos militares, servidores civis e colaboradores que integram as Organizações Militares apoiadas, demandando a execução ininterrupta de tarefas de apoio à produção, higienização e distribuição de alimentos. Tais atividades exigem mão de obra operacional constante e devidamente treinada, sob regime de dedicação exclusiva, para garantir o cumprimento de padrões de segurança alimentar, higiene e produtividade compatíveis com as normas sanitárias e com as diretrizes do Comando da Marinha.

2.3. Atualmente, a força de trabalho orgânica da Organização Militar demonstra-se insuficiente para absorver as tarefas de apoio de cozinha, em virtude da redução do quadro de militares designados para o serviço de rancho e da necessidade de priorização de atividades finalísticas. Os colaboradores de apoio garantirão diretamente a continuidade do fornecimento de alimentação e o atendimento das rotinas de intendência, aprimorando a eficiência e o bem-estar do efetivo.

2.4. Dessa forma, evidencia-se a necessidade permanente e essencial da contratação, caracterizando-a como serviço de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, e do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, e conforme as boas práticas estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2017, no que couber.

2.5. Nos termos do art. 11, incisos I e IV, da Lei nº 14.133/2021, a avaliação do interesse público deve considerar não apenas a demanda operacional, mas também **o impacto ambiental decorrente da contratação**, com atenção ao ciclo de vida dos insumos, materiais e processos envolvidos.

Assim, a presente contratação observa a necessidade de:

- a) fomentar práticas alinhadas ao desenvolvimento nacional sustentável, priorizando empresas que adotem políticas de redução de resíduos, uso racional de recursos naturais e boas práticas ambientais;
- b) avaliar o ciclo de vida dos produtos e insumos empregados na execução dos serviços, de forma a mitigar impactos relacionados ao consumo excessivo, descarte inadequado e emissões associadas ao transporte e operação;
- c) priorizar soluções que reduzam o impacto ambiental indireto, como o uso de equipamentos eficientes, materiais recicláveis ou com menor pegada de carbono, além da adoção de procedimentos que reduzam desperdícios;
- d) minimizar riscos ambientais decorrentes da atividade contratada, garantindo conformidade com as normas de saúde, segurança e meio ambiente;
- e) selecionar fornecedores que demonstrem conformidade com boas práticas de gestão ambiental, responsabilidade socioambiental e atendimento às legislações vigentes.

Dessa forma, a necessidade apresentada considera não apenas a continuidade e a eficiência operacional do CeIMBra, mas também o dever institucional de promover escolhas sustentáveis na Administração Pública, contribuindo para a preservação ambiental e para o uso racional dos recursos públicos ao longo do ciclo de vida da contratação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Municamentamento	CC (IM) Paula Carvalho de Oliveira Rodrigues

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES

4.1.1. Para que o Centro de Intendência da Marinha em Brasília possa ter as suas necessidades atendidas por serviços de ajudante de cozinha a empresa especializada em prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva deverá fornecer mão de obra qualificada, experiente e demais itens nas especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar a fim de atender diariamente as reais necessidades desta Organização Militar.

4.1.2. A Contratada deverá realizar o serviço objeto deste Estudo Técnico Preliminar de forma completa, com atendimento de todos os requisitos, sem que haja a descontinuidade nem necessidade de o CeIMBra realizar quaisquer contratações adicionais.

4.1.3. Os profissionais que comporão o quadro fixo da Contratada deverão ter perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam o andamento da prestação dos serviços conforme o cronograma e a metodologia a serem firmados com a empresa e validados pela fiscalização contratual.

4.1.4. A Contratada deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional previstos no Edital, bem como deve manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

4.1.5. A Contratada deverá adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.6. Deverá também seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança de trabalho de acordo com as normas do Ministério da Saúde;

4.1.7. Deverá ainda fornecer aos empregados uniformes de primeira qualidade (Conforme pesquisa realizada em ANEXO) equipamentos de controle de frequência para os funcionários e equipamentos de segurança (EPI) que se fizerem necessários para a execução de serviços, conforme consta no apêndice do Termo de Referência.

4.1.8. A Contratada não poderá ter ou manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

4.1.9. A Contratada deverá promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, arrolando como sua obrigação, no caso concreto de rescisão contratual ou por término contratual.

4.1.10. A administração não exigirá amostra dos insumos, porém poderá exigir critérios técnicos como selos de qualidade ou selos específicos, especificados no Termo de Referência.

4.1.11. Certifico que os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou da entidade. É vedada qualquer forma de subordinação direta da equipe terceirizada ao CeIMBra, bem como a execução de atividades finalísticas ou típicas de cargo público. A contratada é integralmente responsável pela gestão, supervisão e organização de sua equipe, não podendo ocorrer pessoalidade ou continuidade que caracterize vínculo com a Administração.

4.1.12. Não há possibilidade de subcontratação.

4.1.13. A IN Seges/ME nº 116, de 2021, determina, em seu caput do art. 4º, que os editais possibilitem a contratação das pessoas físicas, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição. Ainda de acordo com o parágrafo único desse mesmo dispositivo, será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”. Portanto, não há possibilidade de contratação de pessoas físicas neste certame, tendo em vista a licitante demandar uma estrutura mínima de pessoal, de capital e de estrutura adequados, além da capacidade operacional para atender o objeto licitado.

4.1.14. Vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, conforme disposto no inciso II Parecer nº00002/2023/DECOR/CGU/AGU.

*“ II - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada. Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU)”* Grifo nosso.

### 4.2. DA NATUREZA CONTINUADA DOS SERVIÇOS

4.2.1. Os serviços de ajudante de cozinha caracteriza-se como contínuo uma vez que a falta ou interrupção na prestação desse apoio logístico pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa do Órgão, nas condições propícias à execução das atividades dos colaboradores em geral, com consequente dano à atividade finalística do Órgão e ao interesse público.

4.2.2. Considerando que os serviços a serem prestados possuem caráter instrumental e acessório, com a intenção de manter o funcionamento das atividades do órgão, de modo que a sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Instituição Militar e cuja necessidade de contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, verifica-se que o objeto da aludida contratação trata-se de natureza continuada.

4.2.3. Neste sentido, a Instrução Normativa do MPDG/SEGES nº 05/2017, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não, explica: (...) Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.2.4. Resta configurada a necessidade de que a contratação deve estender-se por mais de um Exercício Financeiro, o que trará economicidade ao órgão, justificando assim ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, de 12 (doze) meses, limitada a 10 (dez) anos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, contados da data de recebimento do objeto inicial, com base no artigo 106 e 107 da Lei 14.133, em razão da natureza contínua dos serviços para manter as condições de operação da instituição.

4.3.2. A execução dos serviços será iniciada conforme previsto no contrato.

4.4. Para a perfeita execução do serviço, o enquadramento das categorias profissionais que serão alocados pela contratada dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), são os seguintes:

4.4.1. Quadro:

Descrição Sumária do CBO	CBO	Ocupação
a) Auxiliar nos serviços de alimentação; b) Auxiliar no pré-preparo, preparo e processamento de alimentos; c) Verificar a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação; d) Seguir as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde; e) Manter os ambientes destinados a confecção e serviço limpos e salubres.	5135-05	Ajudante de cozinha

4.4.1.1 Os profissionais a serem alocados pela contratada deverão possuir a seguinte escolaridade e qualificação:

4.4.1.2. Ajudante de cozinha - CBO: 5135-05 - O profissional deverá ter: ensino fundamental completo, seguido de cursos básicos de profissionalização que variam de 100 (cem) a 200 (duzentas) horas, facilidade de comunicação, autodomínio, disciplina, espírito de equipe, organização e iniciativa. Experiência mínima de 6 meses.

4.4.1.3. Os requisitos de qualificação deverão ser comprovados ao Centro de Intendência da Marinha em Brasília quando da alocação de cada candidato. Essa comprovação será exigida no ato da apresentação do candidato para atendimento à solicitação de serviços. A documentação será devolvida à empresa, que deverá mantê-la sob sua guarda e responsabilidade.

4.4.1.4. Os cursos de Ensino Fundamental deverão ser comprovados por meio de diploma ou certificado de conclusão, devidamente registrado no órgão competente.

4.4.1.5. Os requisitos de experiência deverão ser comprovados por meio dos registros na CTPS (Carteira do Trabalho e Previdência Social) ou, ainda, por declarações ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter o profissional desempenhado serviços compatíveis com aqueles requisitados.

4.4.1.6. Os requisitos de qualificação, conhecimentos e habilidades dos profissionais disponibilizados ao CeIMBra serão avaliados por técnicos desta Instituição, podendo o profissional ser submetido à teste prático, antes da sua aceitação, e homologado pelo Fiscal do Contrato.

4.5. Para a execução do serviço de Ajudante de cozinha, considera-se a seguinte metodologia:

4.5.1. O horário dos postos de serviço será em turnos, a fim de atender a demanda específica do setor e deverá ser das 7:00h às 16:00h ou das 10:00h às 19:00h, ambos com 1 (uma) hora de intervalo para refeição, ficando a critério do empregado permanecer ou não no local de serviço, devendo o mesmo ser adaptado de forma que não falte mão de obra durante este horário, porém obedecendo a quantidade de horas trabalhadas permitidas por Lei que no caso em tela são de 40 (quarenta) horas semanais, com folga preferencialmente aos sábados e domingos.

4.5.2. Em casos excepcionais, devidamente autorizados pelo Comando, a utilização de serviços em horário diferente do estabelecido, será objeto de compensação nos critérios estabelecidos na Convenção Trabalhista, cópia anexa, bem como outras legislações vigentes;

## 5. Levantamento de Mercado

A) 5.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas à contratação em análise.

5.1.1. De forma a verificar quais as soluções tem sido adotadas pelos órgãos da Administração Pública, foi realizada no Pannel de Preços do Ministério da Economia, utilizando o código CATSER 5380, objeto desta contratação, para os pregões eletrônicos realizados por UASG no âmbito do Governo Federal. O quadro abaixo, buscou compilar os resultados dessa pesquisa:

NR	PREGÃO	UASG	SOLUÇÃO ENCONTRADA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
1	41/2017	110404	Terceirização - Postos de Trabalho	Ajudante de cozinha
2	30/2022	110794	Terceirização - Postos de Trabalho	Ajudante de Cozinha
3	07/2024	164204	Terceirização - Postos de Trabalho	AUXILIAR DE COZINHA CBO 5135-05

5.1.2. Percebe-se que é quase unânime que a solução de contratação de serviços de ajudante de cozinha tem se dado mediante a remuneração por Posto de trabalho. Excetua-se a esse cenário aquelas contratações sob demanda para atendimento a eventos específicos, remunerando assim por hora de trabalho, uma vez que não se configura prestação de serviços continuados.

5.1.3. O próprio histórico de contratação dos serviços de ajudante de cozinha pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sustentado nas informações apresentadas neste relatório, seja pelo número de empresas contratadas ou pela quantidade de empregados alocados na execução dos serviços, demonstra a capacidade do mercado fornecedor atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades dos órgãos e entidades.

5.1.4. Consistindo basicamente na alocação, pela empresa contratada, de empregados para a execução do serviço, ressalta-se que as contratações do serviço de ajudante de cozinha não possui exigências ou especialidades que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades. Isso porque os requisitos e competências requeridos para o desempenho da função é localizado com certa facilidade na mão de obra disponível no mercado de trabalho.

5.1.5. O mercado de potenciais prestadores para o serviço de ajudante de cozinha é bastante vasto, uma vez que as rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de altíssimo grau de especialização nem da parte das empresas, nem dos empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

5.1.6. No caso do serviço em tela não se vislumbra outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta do serviço pretendido, tendo em vista os motivos já explicitados neste instrumento.

5.1.7. O serviço de ajudante de cozinha será prestado através da unidade de medida "POSTO DE SERVIÇO", na proporção de 1 (um) Posto de trabalho para cada colaborador da CONTRATADA.

### 5.2.1 Solução nº 1: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços nas áreas de logística para execução de atividades ligadas a trabalhos de cozinha.

#### Vantagens:

- **Profissionais especializados:** As empresas que trabalham com a oferta de mão de obra terceirizada mantêm um time de profissionais especializados, devidamente preparados para atender as demandas da empresa contratante. Quem contrata traça o perfil do profissional que necessita, e a empresa terceirizada realiza tanto a orientação quanto o treinamento adequado desse colaborador. Assim, a atuação no campo de trabalho é de excelência, desde o início das atividades;

- **Substituição facilitada:** A mão de obra terceirizada é muito vantajosa para quem não pode cobrir a ausência de colaboradores, pois traz consequências a todo o processo de produção. Em situações de doença, ou mesmo de uma consulta médica agendada pelo empregado, a empresa precisa remanejar a produção para evitar prejuízos. As empresas terceirizadas, no entanto, efetuam a substituição de profissionais de maneira fácil e ágil, garantindo a manutenção da produtividade.

- **Ausência de vínculo empregatício:** A mão de obra terceirizada é muito vantajosa para quem não pode cobrir a ausência de colaboradores, pois traz consequências a todo o processo de produção. Em situações de doença, ou mesmo de uma consulta médica agendada pelo empregado, a empresa precisa remanejar a produção para evitar prejuízos. As empresas terceirizadas, no entanto, efetuam a substituição de profissionais de maneira fácil e ágil, garantindo a manutenção da produtividade.

- **Garantia do cumprimento de leis:** As empresas devem se manter atentas ao cumprimento das leis, a fim de evitar transtornos para a execução das suas atividades. Para empresas que atuam em áreas específicas, é necessário seguir os protocolos e os procedimentos estabelecidos pela legislação, de

maneira a se enquadrar no que a norma legal estipula. Por meio desse tipo de contratação de serviço é ainda mais prático atender às exigências legais, já que a empresa terceirizada possui o conhecimento, além de seguir todas as orientações previstas em lei para a prestação de serviços altamente especializados.

- **Redução de gastos operacionais:** Ao contratar seus funcionários no regime da CLT, as empresas têm que arcar com custos operacionais elevados, especialmente no que se refere ao pagamento de salários, benefícios e encargos trabalhistas. Isso representa uma grande fatia do orçamento. Ao optar pela mão de obra terceirizada, a contratada é a responsável direta pela seleção e pelo treinamento dos profissionais, além de assumir todos os custos relacionados às obrigações trabalhistas, como a folha de pagamento e as férias remuneradas.

- **Diminuição de riscos:** Contratar mão de obra terceirizada permite que a empresa transfira os riscos relacionados à gestão das equipes à prestadora de serviço. A fornecedora assume riscos inerentes ao setor, como oscilações de mercado, questões legais, concorrência, surgimento de novas tecnologias, entre outros desafios.

- **Redução de processos licitatórios:** Com a contratação de empresa com o fornecimento de insumos, diminui-se a realização 01 (um) processo licitatório para a administração do órgão, fazendo com que, além da redução de gastos e tempo, a administração possa focar a atenção em outros processos licitatórios mais complexos;

**Desvantagens:**

- **Comprometimento da qualidade dos serviços:** Se a empresa contratada não for responsável e não investir em capacitação, pode prejudicar a qualidade dos serviços prestados

- **Pendências legais:** Se a empresa que fornece mão de obra terceirizada não estiver regularizada ou desobedecer às leis do setor, isso pode gerar problemas. A empresa contratante pode ser prejudicada por ações trabalhistas ou, em casos drásticos, ser autuada.

Descrição	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços nas áreas de logística para execução de atividades ligadas a trabalhos de cozinha.
Prestador de Serviço	Empresa especializada para a prestação de serviço de ajudante de cozinha.
Valor Estimado	R\$ 389.784,00

**5.2.2. Solução nº 2: Contratação de serviços por demanda/produtividade**

5.2.2.1. A contratação dos serviços por demanda, de acordo com a necessidade pontual do serviço, mostra-se inviável e improdutivo.

**Vantagens:**

Não se vislumbra vantagens neste tipo de contratação

**Desvantagens:**

- Inviável visto que a demanda apresenta-se intempestivamente, não sendo praticável a constante emissão de ordens de serviço para seu atendimento. Para contratação de tais serviços demandaria planejamento para processo licitatório que pode chegar até 120 dias, inviabilizando a execução do serviço e podendo a vir prejudicar a execução das atividades de apoio do Centro de Intendência da Marinha em Brasília.

- Improdutivo visto que, devido a ausência do profissional no local para execução da demanda, a Contratada teria que encaminhar um profissional a todo instante em que o CeIMBra necessitar dos serviços, e este não estará habituado com as rotinas e processos da lotação, resultando em serviços prestados de forma ineficaz.

5.2.2.2. A contratação dos serviços por produtividade mostra-se impraticável visto que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, pois as variáveis dessas atividades impossibilitam estabelecer valores unitários para elas.

**5.2.3. Solução nº 3: Preenchimento dos postos de trabalho com a criação de cargos no âmbito do Comando da Marinha do Brasil.**

5.2.3.1 A Marinha do Brasil enfrenta problemas com a captação e mantenimentos de MN RC nestes postos e como bem MN de carreira em consonância com a reforma da previdência Militar regida pela Lei 4920/24 e todas as alterações subsidiárias dentro das Forças Armadas.

5.3. Inicialmente, é importante ressaltar que após a análise das alternativas possíveis de solução, tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar ter a finalidade de indicar o interesse público e melhor solução ao Termo de Referência. A Equipe de Planejamento de Aquisições conclui que a **solução nº 1** é mais vantajosa e viável para Administração sob os aspectos técnicos e econômicos descritos acima.

**B) SER REALIZADA AUDIÊNCIA E/OU CONSULTA PÚBLICA, PREFERENCIALMENTE NA FORMA ELETRÔNICA, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES;**

5.4. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente contratação de mão de obra com dedicação exclusiva, de acordo com inciso XLI do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, e o serviço a ser contratado não ser de grande especificidade e existir várias empresas que disponibilizam o serviço no mercado.

**C) EM CASO DE POSSIBILIDADE DE COMPRA, LOCAÇÃO DE BENS OU DO ACESSO A BENS, SER AVALIADOS OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS DE CADA OPÇÃO PARA ESCOLHA DA ALTERNATIVA MAIS VANTAJOSA, PROSPECTANDO-SE ARRANJOS INOVADORES EM SEDE DE ECONOMIA CIRCULAR; E**

5.5. Não se aplica ao objeto da contratação.

**D) SER CONSIDERADAS OUTRAS OPÇÕES LOGÍSTICAS MENOS ONEROSAS À ADMINISTRAÇÃO, TAIS COMO CHAMAMENTOS PÚBLICOS DE DOAÇÃO E PERMUTAS.**

5.6. Não se aplica ao objeto da contratação.

## **6. Descrição da solução como um todo**

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;**

### **6.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1.1. Os serviços deverão ser prestados de segunda-feira a sexta-feira e, excepcionalmente, nos finais de semana, em horário a ser estabelecido e alterado de acordo com a conveniência administrativa do Centro de Intendência da Marinha em Brasília, de forma que seja a melhor para atender às demandas e que não excedam a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para cada posto de serviço.

6.1.1.1 A jornada de trabalho escolhida foi de 40 horas semanais, devido o regime parcial do art. 58-A da CLT não atender as necessidades do Comando, no caso concreto para o posto em tela.

6.1.2. O horário de funcionamento da cozinha do Centro de Intendência da Marinha em Brasília é das 6h às 19h, todos os dias da semana, mas aos finais de semana normalmente as demandas são supridas pelo efetivo Militar de serviço.

6.1.3. Por necessidade de serviço, devidamente justificada e tempestivamente comunicada, o horário da prestação dos serviços poderá ser alterado, levando em consideração o interesse do Comando deste Centro de Intendência e a legislação em vigor, sendo que não será permitida a execução de horas extras ou trabalhos em horário noturno que é compreendido entre 22h de um dia às 05h do dia seguinte.

6.1.4. Poderá ocorrer a necessidade de realização de serviços nos finais de semana e feriados, limitados nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Nestes casos, o Centro de Intendência da Marinha em Brasília autorizará, previamente, a realização de serviços em horas suplementares que deverão ser compensadas em regime de compensação de horas.

6.1.5. A contratada será responsável pelo controle de frequência, falta e atraso de seus funcionários por meio de registro eletrônico, que deverá observar as exigências constantes na Portaria MTP nº 671/2021, Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina o registro eletrônico de ponto.

6.1.6. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de frequência não excedentes a 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo diário de 10 (dez) minutos, como determina o art. 58, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

6.1.7. Não há previsão de horas extras para quaisquer ocupantes dos postos de serviços. Poderá haver flexibilização do horário de determinados postos de trabalho mediante compensação de horário, excepcionalmente, conforme preceitua a alínea Instrução Normativa nº 05/2017 do antigo MPDG.

6.1.8. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

6.1.9. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que: I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços; II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos. Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III. (Art. 17 da IN nº 5, de 26 de maio de 2017).

6.1.10. A execução dos serviços será iniciada a partir da data da assinatura do contrato.

6.1.11. As atribuições e os perfis profissionais discriminados estão diretamente relacionados à necessidade dos serviços e a forma da execução pretendida, conforme 4.4.1. Quadro 1, deste artefato.

6.1.12. Compete à Empresa Contratada:

- Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.
- Alocar, desde o primeiro dia de vigência do contrato, os empregados designados nos respectivos postos, nos horários fixados na escala de serviço elaborada pelo Comando do CeIMBra;
- Manter disponibilidade de efetivo para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida no CeIMBra.
- Acatar as exigências da fiscalização do CeIMBra quanto à execução dos serviços, horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados;
- Cumprir a jornada de trabalho estabelecida pela CONTRATANTE, em conformidade com as leis trabalhistas;
- Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;
- Encaminhar mensalmente ao Gestor do Contrato as faturas dos serviços prestados, juntamente com a relação nominal dos empregados e os comprovantes exigidos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, sendo que para o cumprimento desta obrigação, deverão ser entregues as cópias dos comprovantes do mês anterior ao mês de referência da fatura;
- De até 05 (cinco) dias corridos para promover o ressarcimento de danos, avarias e desaparecimentos de bens materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos - a preços atualizados, contados a partir da comprovação e ciência de sua responsabilidade;
- Orientar os funcionários para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;
- Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quanto para os serviços;
- Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas, especialmente aquelas relativas à segurança do CeIMBra onde será executado o serviço;
- Promover a imediata substituição de empregados, quando solicitado pelo CeIMBra ou, em caso de férias, faltas, independentemente do motivo apresentado, no prazo de 02 (duas) horas após a notificação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação;
- A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuída aos profissionais alocados nos postos de trabalho, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido sempre o quantitativo determinado nestes Estudos Preliminares;
- Emitir relatórios mensais de prestação de serviços, em até 3 (três) dias após o encerramento do mês, no qual deverá contemplar todas as ocorrências do período, bem como todas as informações relativas ao quadro de profissionais (faltas, férias, coberturas, licenças, atrasos etc);
- Fornecer à fiscalização do CeIMBra relação nominal de licenças, faltas, se houverem, bem como a escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos;
- Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades, estranhas ao escopo do contrato, durante o horário em que estiver prestando serviço;
- Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do CeIMBra e vice e versa, por meios próprios ou mediante a concessão de vale transporte;
- Responsabilizar-se pelo fornecimento de vale-refeição ou alimentação aos seus empregados;
- Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências do CeIMBra, e vice versa, por meio próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
- Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, e encaminhar juntamente com a fatura mensal, os respectivos comprovantes;
- Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalhos, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados na execução de serviços inerentes ao contrato, ainda que acontecido nas dependências do CeIMBra;
- Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista civil ou penal, relacionada a execução deste Contrato;

- Respeitar as normas e procedimentos do CeIMBra, quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), além de respeito às normas de segurança do trabalho;
- Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CeIMBra, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Assumir responsabilidade pelo pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, comerciais trabalhistas e previdenciários, bem como, pelos encargos previstos em vigor, obrigando-se a saldá-los nos casos legais, independentes do pagamento da fatura/nota fiscal por parte do CeIMBra;
- Submeter, até o 10º dia útil da execução do contrato, para conferência e identificação pela fiscalização do CeIMBra, a uniformização, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas, juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados. Esta obrigação deve também ser cumprida sempre que houver demissão/admissão/coertura de novos empregados para prestação dos serviços;
- Autorizar o CeIMBra a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da empresa, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções previstas;
- A empresa deve manter os funcionários devidamente identificados através do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes completos e dentro dos padrões de primeira qualidade, eficiência e higiene, conforme apêndice do Termo de Referência;
- De até 05 (cinco) dias úteis para comunicar o CeIMBra, por escrito, quaisquer alterações no Contrato Social da empresa;
- É expressamente vedado aos profissionais da contratada descartar restos de preparo de alimentos ou substâncias sólidas nas pias da cozinha, de forma a evitar o entupimentos dos tubos e conexões. Cabendo indenização pela Contratada ao CeIMBra, por danos comprovadamente causados por prática de atos desta natureza.

6.1.13. A Contratada deverá utilizar materiais de primeira linha de qualidade, a serem entregues semanalmente ou em datas e quantidades que garantam a permanente execução dos serviços, respeitada a capacidade de armazenamento da área destinada pelo Contratante.

6.1.13.1. Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela Fiscalização, deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, onde deverá constar obrigatoriamente a quantidade, peso ou volume.

6.1.13.2. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

6.1.13.3. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.1.13.4. A contratada deverá utilizar embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

6.1.14. O atraso no pagamento de fatura por parte do CeIMBra, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

6.1.15. Os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com o Comando da Marinha/CeIMBra, ficando sob a inteira responsabilidade os pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale transporte, vale refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do Contrato.

### **Fiscalização Inicial**

6.1.16. No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha-resumo de todo o Contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no Órgão ou Entidade, divididos por Contrato, com os seguintes dados: Nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas.

6.1.17. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do Contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos Contratos de trabalho.

6.1.18. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no Contrato administrativo.

6.1.19. O salário não pode ser inferior ao previsto no Contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

6.1.20. As fiscalizações técnicas e administrativas estão de acordo com os preceitos informados no anexo VIII da IN SEGES/MP nº 05/2017.

### **Conformidade com a legislação e vedação de terceirização irregular**



A atividade a ser contratada caracteriza-se como atividade-meio e não substitui atividade finalística da Marinha do Brasil.

A execução dos serviços observará a legislação aplicável à terceirização, especialmente o Decreto nº 9.507/2018 e os artigos 3º, artigo 4º e artigo 5º da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, garantindo que não haja subordinação direta, pessoalidade ou habitualidade típica de cargo público. Dessa forma, não há risco de caracterização de terceirização irregular.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Sobre a contratação de empresa especializada na prestação de serviço acessório de natureza continuada de ajudante de cozinha que compreenderá a dedicação exclusiva de mão de obra por postos de trabalho. Foi realizado levantamento em virtude de não haver viabilidade técnica para realização de estudo de dimensionamento da força de trabalho (DFT), sendo assim, foi analisado contrato similar, com o Ministério da Defesa que previa as seguintes quantidades de postos:

POSTO DE SERVIÇO	CÓDIGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÃO (CBO)	QUANTIDADE CONTRATADA	QUANTIDADE CONTRATADA	QUANTIDADE CONTRATADA	QUANTIDADE CONTRATADA	QUANTIDADE CONTRATADA	QUANTIDADE CONTRATADA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA SEMANAL (*)
		2018 Termo de Contrato nº 011 - GEPOS- COLIC/2018 - MD	2019 Termo Aditivo nº 007 - DESEG - CONTRAT /2019	2019 Termo Aditivo nº 015 - DESEG - CONTRAT /2019	2020 Termo Aditivo nº 001- DESEG - CONTRAT /2020	2021 -	2022 Termo Aditivo nº 018/2022 - MD		
Ajudante de cozinha 40 horas	5135-05	15	10	03	03	03	05	Diurno	40 (**)

(\*\*) Conforme CCT

7.2.1 Portanto, tendo por base o contrato supracitado, bem como análise para adequação das demandas do CeIMBra no que se refere a atividades específicas, conclui-se que o melhor modelo de distribuição dos postos de serviços e o que atende as atuais demandas é o constante do quadro a seguir:

DISTRIBUIÇÃO SUGERIDA DE POSTOS NO EDIFÍCIO SEDE - SUBSOLO- RANCHO GERAL			
QTDE	LOTAÇÃO	SETOR	FUNÇÃO
02	Lavagem de Painéis / Pratos	Rancho Geral	Ajudante de Cozinha
03	Cozinha / Açougue	Rancho Geral ou Cozinha Anexo	Ajudante de Cozinha

7.2.1.1 A distribuição acima é sugerida, podendo ser realocados os postos de trabalho de acordo com a demanda da CONTRATANTE.

7.2.3. O **ajudante de cozinha** realizará o pré preparo dos alimentos e refeições, como bem manutenção da higiene do setor conforme descrito no item **4.1. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES** deste artefato. O critério ou metodologia que usou para chegar a essa necessidade/quantidade a necessidade de profissional qualificado para complementar e substituir a falta de efetivo atual deste setor.

7.3. Quadro 2:

7.3.1. O método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, da tabela abaixo seguiu as diretrizes dos normativos que versam sobre o tema para elaboração da imprescindível análise crítica, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. O controle mensal dos insumos utilizados ficará a cargo do Fiscal técnico, Fiscal administrativo e Administração do CeIMBra.

QUADRO 2 - PLANILHA DE INSUMOS DE LIMPEZA A SEREM FORNECIDOS			

Item	Especificação do material	Unidade de medida	Qtde Mensal	Qtde Anual	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
01	Álcool Etílico	LI	08	96	R\$ 6,46	R\$ 51,68	R\$ 620,16
02	Água Sanitária 1 litro	LI	80	960	R\$ 15,50	R\$ 1.240,00	R\$ 14.880,00
03	Limpador Desengordurante 500 ml	FC	80	960	R\$ 2,25	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
04	Pano para Limpeza	UN	120	1440	R\$ 2,96	R\$ 355,20	R\$ 4.262,40
05	Saco de Lixo 200 L	PCT	40	480	R\$ 24,43	R\$ 977,20	R\$ 11.726,40
06	Detergente Líquido	UN	180	2160	R\$ 1,77	R\$ 318,60	R\$ 3.823,20
07	Luva Latex	PAR	36	432	R\$ 2,32	R\$ 83,52	R\$ 1.002,24
08	Esponja de Aço	PCT	36	432	R\$ 1,86	R\$ 66,96	R\$ 803,52
09	Esponja para Limpeza Dupla Face	UN	180	2160	R\$ 0,95	R\$ 171,00	R\$ 2.052,00
10	Desengraxante Industrial	BB	16	208	R\$ 73,73	R\$ 1.179,68	R\$ 14.156,16
11	Desinfetante de Cozinha	BB	09	108	R\$ 91,15	R\$ 820,35	R\$ 9.844,20
VALOR TOTAL DOS INSUMOS LIMPEZA						R\$ 5.444,19	R\$ 65.330,28

QUADRO 3 - EPI'S								
ITEM	DESCRIÇÃO	unid	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	Óculos para proteção da face contra impactos de partículas volantes (EPI)*	Un	8	8	16	R\$ 15,00	R\$ 240,00	R\$ 20,00
2	Vestimenta para proteção de todo o corpo contra umidade proveniente de operações com utilização de água (EPI)*	Un	8	8	16	R\$ 24,69	R\$ 395,04	R\$ 32,92
3	Luvas para proteção contra umidade proveniente de operações com utilização de água (EPI)*	Un	8	8	16	R\$ 16,59	R\$ 265,44	R\$ 22,12
TOTAL								R\$ 75,04
TOTAL ANUAL DOS EPI'S								

## QUADRO 3 - UNIFORMES

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	CALÇA UNISSEX, EM TECIDO PANAMÁ, 100 % POLIÉSTER TIPO TELA, PESO +/- 300 G/M, NA COR BRANCA, SOCIAL.	Un	10	5	10	R\$ 59,90	R\$ 599,00	R\$ 49,92
2	CAMISETA; TIPO: UNISSEX; COR: BRANCA; TECIDO: MALHA TUBULAR, 100% POLIÉSTER; TIPO MANGA: MEIA MANGA; TIPO GOLA: OLÍMPICA; PERSONALIZAÇÃO: EMBLEMA DA EMPRESA NO LADO SUPERIOR ESQUERDO.	Un	10	5	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00	R\$ 33,33
3	SAPATO SOCIAL, COR: BRANCO, SOLADO E SALTO ANTIDERRAPANTE.	Par	10	5	10	R\$ 237,99	R\$ 2.379,90	R\$ 198,33
4	BOTA SEGURANÇA; MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA; MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR: BRANCA. TIPO CANO: MÉDIO.	Par	10	5	10	R\$ 56,21	R\$ 562,10	R\$ 46,84
5	JALECO; COR: BRANCA; MANGAS: CURTAS; FECHAMENTO: FRONTAL; USO: COZINHA.	Un	10	5	10	R\$ 78,49	R\$ 784,90	R\$ 65,41
6	AVENTAL; MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA; MODELO: FORRADO; TIPO: IMPERMEÁVEL; COR: BRANCA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRAS DE AMARRAR FIXAS.	Un	10	5	10	R\$ 24,67	R\$ 246,70	R\$ 20,56
TOTAL GLOBAL DOS UNIFORMES							R\$ 4.972,60	R\$ 414,38

--	--	--

7.4. Todos os produtos acima relacionados deverão ser de 1ª qualidade e sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE, devendo ser entregues no depósito do Rancho Geral do CeIMBra, localizado nas dependências da CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês;

7.4.1. Nas Planilhas de Preços e Consumo Estimados de Materiais em Anexo será verificado o seguinte:

- a) A eventual existência de saldos que poderá implicar redução equivalente no valor da fatura;
- b) A eventual aplicação de quantitativo do produto superior ao estimado, o que poderá determinar ajuste equivalente no valor da fatura.

7.4.2. Os produtos encaminhados deverão estar acompanhados das notas fiscais correspondentes ou relação, as quais deverão ser recebidas e conferidas pelo setor responsável pela fiscalização.

7.4.3. Os materiais constantes do 7.3. Quadro 2 serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme o quantitativo consumido no mês, após conferência do setor responsável pela fiscalização do contrato.

Nota Técnica para todos os insumos concomitantes a contratação de empresa prestadora de serviços terceirizados:

#### OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação é a escolha mais vantajosa para a aquisição de Insumos concomitantes a contratação de empresa prestadora de serviços terceirizados.

#### FONTES CONSULTADAS

Para a definição do valor estimado da contratação foi utilizado o parâmetro do inciso I do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65, de 2021. Foram priorizadas as consultas aos sistemas oficiais de governo feitas pela administração Pública, em conformidade com artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65 de 2021. Esses resultados estão constantes no relatório, e são oriundos as bases do compra.gov.br - sistema oficial do poder executivo federal.

#### SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A serie de preços coletados consta em anexo a essa nota técnica de análise crítica de pesquisa de preços.

#### METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS

A obtenção do preço estimado deu-se com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, com base na coleta de preços realizada no dia, de modo que a mediana calculada pela própria ferramenta da Pesquisa de Preços esteja mais próxima dos preços praticados no mercado.

#### MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

O preço estimado da aquisição de insumos concomitantes anual é de R\$ 71.703,36 (setenta e um mil, setecentos e três reais e trinta e seis centavos), conforme memória de cálculo constante no relatório Anexo. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65, de 2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

A presente Nota Técnica foi conduzida por: 2º SG GABRIEL ZAREBA ESTEVÃO, matrícula nº 10.0246.38.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 389.784,00

8.1. Referente ao item 1, considerando o levantamento dos contratos no item 7 deste ETP e as orientações dos cadernos técnicos do Ministério da Economia e metodologia trazida pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 e IN SEGES/MPDG nº 5/2017, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o valor global estimado da contratação é de R\$ 389.784,00 (trezentos e oitenta e nove mil cinquenta e um reais), levando em consideração que a contratação de empresa terceirizada se é concomitante com fornecimento de insumos necessário, descritos em material Anexo "Planilha de Custos Global".

Conforme tabela resumida abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CBO	CATSER	UNIDADE	QTDS	VALOR TOTAL ESTIMADO		
							UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
1	Ajudante de Cozinha	40 horas.	5135-05	5380	Posto	5	R\$ 6.496,40	R\$ 32.482,00	R\$ 389.784,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O modelo adotado para esta contratação não se inspirou nos históricos de contratações anteriores do CeIMBra, mas em licitações de diversos órgãos públicos, entendendo-se que a prestação de serviços acessórios de natureza continuada de ajudante de cozinha, que compreende a dedicação exclusiva de mão de obra é a melhor solução visando atender às necessidades do deste Centro de Intendência. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas a modelagem adotada nas contratações anteriores não era a mais adequada, pois exige recursos humanos na gestão de vários contratos, além da possibilidade de gerar perda de economia de escala, além de não ser o resultado a que o Comando pretende alcançar que é uma unificação da gestão de serviços distintos e a economia de escala pretendida com possível redução dos custos da contratação, a redução de riscos de fornecimento e de eventuais problemas de integração. Se por um lado, o parcelamento não gera necessariamente ampliação da competitividade e pode gerar prejuízo na contratação, por outro lado, a aglutinação dos serviços em grupos podem trazer benefícios como aumento do poder de barganha na licitação, como diluição de custo logístico, entre outros, quando promovida a aglutinação, no caso concreto. Dessa forma, optou-se pelo não parcelamento da solução de objeto divisível dos serviços em itens por ser técnica e economicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos, não haver perda de economia de escala.

9.1.1. Por conseguinte, sugere-se a adoção da contratação por grupo, pois sua contratação se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração em demonstrações de razões de eficácia, eficiência, logísticas, contratuais, operacionais, finalísticas, econômicas e tende a proporcionar o fiel cumprimento dos objetivos do órgão. O parcelamento em itens e/ou lotes poderá implicar em menor atratividade às empresas interessadas, desse modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.

9.2. Além disso, é de entendimento do Tribunal de Contas da União que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de serviços terceirizados. Isso porque as empresas que atuam no mercado não são especializadas em tipo específico de serviço, sendo especializadas na administração de mão de

obra em geral. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que, se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o valor fixo por posto tende a ser maior (Acórdão nº 1214 /2013-P).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Em relação à presente contratação, não existem contratações correlatas e/ou interdependentes vinculadas ao objeto contratado. A contratação em questão é autônoma, não estando condicionada ou relacionada a outros contratos que possam influenciar sua execução, escopo, cronograma ou resultado.

10.2. A contratação do serviço de ajudante de cozinha, se dará de forma conjugada ao fornecimento de insumos para o serviço fim.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está plenamente alinhada com o planejamento estratégico do Centro de Intendência da Marinha em Brasília (CeIMBra), conforme estabelecido no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025. No referido PCA, consta a contratação nº 787010/000097/2025, que prevê a Contratação de serviços contínuos de ajudante de cozinha, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra necessários para o atendimento das necessidades logísticas desta OM. Esse alinhamento demonstra a conformidade entre as necessidades identificadas pela gestão do CeIMBra e as ações previstas no planejamento institucional, garantindo que os recursos orçamentários sejam destinados de forma eficiente e eficaz para o atendimento das demandas prioritárias. A contratação assegura o suporte logístico indispensável para o funcionamento contínuo das atividades, conforme previsto no PCA, promovendo a saúde e o bem-estar dos militares, servidores e demais usuários. Dessa forma, a contratação está em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas para o ano de 2025, reafirmando o compromisso do CeIMBra com a transparência, a legalidade e a efetividade na gestão dos recursos públicos.

## 12. IRPs de outros órgãos

12.1. Embora haja frequentes consultas a Intenções de Registro de Preços (IRPs) provenientes de outros órgãos, a participação do Centro de Intendência da Marinha em Brasília (CeIMBra) nesses processos revela-se incompatível com sua missão institucional. Tal incompatibilidade decorre das atribuições específicas e estratégicas do CeIMBra, que envolvem a logística alimentar e o apoio a eventos protocolares da Marinha do Brasil na capital federal, demandas estas que requerem dedicação exclusiva e elevado grau de especialização.

12.2. A inserção em processos administrativos externos, tais como IRPs de outras instituições, desviaria a atenção e os limitados recursos humanos do CeIMBra, comprometendo a eficiência e a eficácia dos serviços essenciais prestados à Marinha. Considerando a elevada demanda interna, o déficit persistente de pessoal qualificado e a necessidade imperativa de garantir a continuidade e a qualidade do fornecimento de aproximadamente 2.000 refeições diárias, bem como o suporte a mais de 150 solenidades anuais, a participação em outra Intenção de Registro de Preços trata de contratação diferente da requerida pelo CeIMBra.

12.3. Outrossim, o modelo operacional do CeIMBra, pautado na especialização e na adaptação constante de seu efetivo militar e contratado, reforça a necessidade de concentrar esforços na execução das tarefas diretamente vinculadas ao apoio logístico e institucional, evitando dispersão em atividades administrativas não correlatas, as quais poderiam comprometer a capacidade de resposta e o desempenho das operações prioritárias.

## 13. Quantidade cotada mínimo de 100%

### Justificativa para a Quantidade Cotada

Considerando a necessidade contínua e essencial dos serviços de ajudante de cozinha para o adequado funcionamento da Cozinha do Rancho Geral do Centro de Intendência da Marinha em Brasília (CeIMBra), e em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, **justifica-se a cotação de 100% (cem por cento) da quantidade total do item solicitado**, pelos seguintes motivos:

#### 1. Natureza do Serviço – Atividade Contínua:

O serviço de ajudante de cozinha caracteriza-se como **serviço continuado**, indispensável à manutenção das atividades logísticas e de apoio à alimentação dos militares e servidores civis atendidos diariamente, além da realização de eventos protocolares de pequeno, médio e grande porte.

#### 2. Demanda Real e Comprovada:

A média de produção diária é de **2000 refeições**, sendo necessária a atuação de profissionais em regime de dedicação exclusiva para atender adequadamente aos horários e padrões estabelecidos para o fornecimento das refeições.

3. **Defasagem do Efetivo Interno:**

Atualmente, a força de trabalho militar e civil alocada para essas funções está aquém do necessário, com um índice de atendimento da TMFT em **83,3%**, e deslocamentos constantes de militares fora de suas especialidades para suprir essa lacuna, o que compromete a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

4. **Impossibilidade de Redução da Quantidade:**

A cotação inferior a 100% da quantidade prevista implicaria diretamente na **interrupção ou prejuízo à prestação dos serviços essenciais**, uma vez que não há capacidade técnica ou quantitativa do efetivo próprio para suprir eventuais lacunas.

5. **Previsibilidade e Planejamento Orçamentário:**

A quantidade cotada foi definida com base em **estudos técnicos preliminares, histórico de consumo, análise de demanda e planejamento orçamentário** para o exercício vigente, assegurando coerência e viabilidade financeira à contratação.

6. **Atendimento à IN nº 5/2017 – MPOG:**

A definição da quantidade obedece ao disposto na Instrução Normativa nº 5/2017-MPOG, especialmente quanto à **justificativa da necessidade integral da contratação** e da compatibilidade da quantidade com os objetivos institucionais da organização.

Dessa forma, a **cotação de 100% da quantidade total do item é imprescindível** para garantir a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços prestados no âmbito do CeIMBra, não sendo possível considerar quantitativo inferior sem causar impacto negativo às atividades-fim e de apoio desta Unidade Administrativa.

## 14. Qualificação Econômico-Financeira no TR

A exigência de qualificação econômico-financeira prevista no Termo de Referência (TR) está fundamentada no **Art. 69 da Lei nº 14.133/2021**, com o objetivo de **verificar a capacidade econômica do licitante para cumprir as obrigações contratuais**, mitigando riscos de inadimplemento ou interrupção dos serviços.

A presente contratação trata de **serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra**, essencial para o funcionamento da **Cozinha do Rancho Geral do CeIMBra**, responsável pelo fornecimento diário de cerca de **2.000 refeições**, além do suporte a eventos institucionais estratégicos da Marinha do Brasil.

### 1. Fundamentação Legal

Nos termos do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação econômico-financeira pode ser demonstrada por:

- **Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis** do exercício social;
- **Certidão negativa de feitos sobre falência** (art. 69, II);
- **Índices financeiros objetivos**, desde que justificados no processo;
- **Declaração assinada por profissional contábil**, conforme §1º;
- **Relação de compromissos assumidos**, conforme §3º;
- **Exigência de patrimônio líquido mínimo**, até 10% do valor da contratação, conforme §4º;
- E, conforme §6º, quando a empresa tiver sido constituída há menos de dois anos, os documentos serão limitados ao último exercício, **aplicando-se também por opção da Administração nos demais casos, como neste processo**.

### 2. Justificativa Técnica da Exigência

#### 2.1. Demonstrações Contábeis do Último Exercício

Optou-se por exigir apenas os demonstrativos contábeis do **último exercício social**, medida que:

- Está **expressamente prevista no §6º do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021**;
- Evita onerar ou restringir empresas que não tenham mais de dois exercícios contábeis disponíveis;
- **Preserva a competitividade** do certame, sem prejuízo à verificação da saúde financeira do licitante.

#### 2.2. Índices Econômico-Financeiros

Serão exigidos os seguintes índices, **calculados com base nas demonstrações do último exercício social**:

- **Liquidez Geral (LG) > 1**
- **Liquidez Corrente (LC) > 1**
- **Solvência Geral (SG) > 1**

Esses índices são amplamente utilizados no mercado para avaliação da **capacidade de solvência, liquidez e equilíbrio financeiro** das empresas. Estão **em conformidade com o §5º do Art. 69**, que permite a exigência de índices desde que usuais e devidamente justificados — como é o caso.

A exigência de índices superiores a 1 busca garantir que a empresa tenha **recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto e longo prazo**, e condições de manter o serviço prestado sem interrupções ou riscos operacionais.

### 2.3. Patrimônio Líquido Mínimo

Nos casos em que a empresa não atingir os índices mínimos exigidos, será admitida a comprovação de **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**, conforme autorizado pelo §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021. Essa alternativa:

- **Amplia a possibilidade de habilitação**, mesmo para empresas com índices abaixo dos parâmetros;
- **Mantém a segurança jurídica e financeira** do contrato;
- **Evita exclusões indevidas** de participantes economicamente viáveis.

### 2.4. Declaração de Compromissos Assumidos

Com base no §3º do art. 69, será exigida **declaração de que um doze avos dos compromissos assumidos** pelo licitante não supera seu patrimônio líquido. Tal medida visa:

- Avaliar o **grau de comprometimento da capacidade financeira e operacional** do licitante;
- Evitar a **contratação de empresas com sobrecarga contratual**, que possam comprometer o desempenho do objeto contratado;
- Reforçar a **segurança da execução contratual**, especialmente em serviços continuados e críticos.

### 3. Conclusão

A exigência de qualificação econômico-financeira constante do Termo de Referência é **legal, objetiva, proporcional e tecnicamente justificada**. Assegura que apenas empresas **financeiramente aptas e estáveis** participem do certame, contribuindo para a **mitigação de riscos de inexecução**, a **eficiência da contratação pública** e a **continuidade de serviços essenciais** à missão institucional do CeIMBra.

A exigência **limitada ao último exercício social** respeita o princípio da **competitividade** e está plenamente amparada no §6º do art. 69 da Lei nº 14.133 /2021, sendo, portanto, adequada ao caso concreto e ao interesse público.

## 15. Qualificação Técnica no TR

A exigência de qualificação técnico-operacional, prevista para constar no Termo de Referência (TR), está amparada no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração Pública exigir dos licitantes a comprovação de experiência anterior na execução de serviços com características semelhantes ao objeto da contratação, de acordo com critérios objetivos e proporcionais.

Em especial, o § 5º do referido artigo autoriza, em contratações de serviços contínuos, como o presente caso, que o edital exija certidão ou atestado que demonstre a execução de serviços similares por um prazo mínimo, desde que não superior a 3 (três) anos.

Justificativa Técnica da Exigência de 3 Anos de Experiência

#### 1. Natureza do Objeto e Relevância Institucional

O objeto da contratação trata da prestação de serviços de ajudante de cozinha com dedicação exclusiva, para apoio à Cozinha do Rancho Geral do CeIMBra. Trata-se de serviço essencial à manutenção da rotina alimentar diária de aproximadamente 1250 militares e servidores civis, além de cobrir demandas extras como eventos protocolares estratégicos da Marinha do Brasil (mais de 150 por ano), com altos padrões de exigência sanitária, de qualidade e de pontualidade.

#### 2. Complexidade Operacional

Embora não envolva tecnologia avançada, o serviço possui elevada complexidade organizacional e logística, com necessidade de controle de



escalas, cumprimento rigoroso de horários, segurança alimentar, atendimento simultâneo a múltiplas Unidades e adaptação a grandes volumes de produção. A execução inadequada compromete diretamente a prontidão institucional e o bem-estar da tropa, razão pela qual experiência sólida e continuada é indispensável.

### 3. Mitigação de Riscos Contratuais

A exigência de experiência mínima de 3 anos visa reduzir riscos de inexecução, descontinuidade ou baixa qualidade, especialmente em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja substituição ou rescisão é complexa e impacta diretamente no serviço essencial prestado.

### 4. Critério Legal e Objetivo

O critério de 3 anos está expressamente autorizado pelo § 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, e representa o limite máximo permitido, sendo, portanto, juridicamente admissível. Sua adoção é fundamentada no interesse público e na busca por contratante com maturidade operacional, estrutura consolidada e histórico comprovado de desempenho consistente e satisfatório.

### 5. Fomento à Qualidade e à Eficiência

Ao privilegiar fornecedores que já atuam de forma contínua e estruturada na área, a Administração fomenta a qualidade técnica, valoriza a responsabilidade empresarial, e reforça a eficiência da contratação pública, conforme os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## Proporcionalidade e Competitividade

A exigência de 3 anos de experiência não restringe indevidamente a competitividade do certame, pois:

- Admite a apresentação de múltiplos atestados, inclusive de serviços prestados de forma não contínua ou em períodos distintos;
- Permite o somatório de atestados, inclusive de contratos distintos e simultâneos, ampliando as possibilidades de comprovação por parte dos licitantes;
- Garante isonomia, pois aplica-se de forma igual a todos os participantes, com exigência clara, objetiva e razoável.

## Conclusão

Diante do exposto, a exigência de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços similares está legalmente respaldada, tecnicamente justificada e proporcional à natureza e à complexidade do objeto. Visa garantir que a Administração celebre contrato com empresa efetivamente capacitada, reduzindo riscos, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e promovendo a eficiência da gestão pública.

## 16. Catálogo Eletrônico de Padronização

### Justificativa para a Não Utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP)

Conforme verificado no endereço eletrônico oficial do Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP), disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) — <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, até a presente data, constam apenas os seguintes itens padronizados: água mineral natural sem gás, café torrado e moído e açúcar cristal.

Considerando que o objeto desta contratação trata da prestação de serviços continuados de ajudante de cozinha, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atuação no apoio às atividades do Rancho Geral do Centro de Intendência da Marinha em Brasília (CeIMBra), verifica-se que não há, no atual catálogo, item padronizado que abranja esse tipo de serviço especializado.

Dessa forma, a não utilização do CEP justifica-se pela inexistência de especificações padronizadas aplicáveis à prestação dos serviços pretendidos, não sendo possível utilizar os itens hoje disponíveis no catálogo como referência para este certame.

Essa decisão está amparada no art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que a não adoção do Catálogo Eletrônico de Padronização deve ser justificada por escrito e anexada ao processo, nos casos em que não houver itens compatíveis com o objeto da contratação.

Assim, a especificação técnica e demais condições contratuais do serviço foram elaboradas com base nas necessidades reais da Administração, buscando garantir a eficiência, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios que regem a contratação pública.

## 17. Não Utilização do SRP

A contratação objeto deste processo refere-se à prestação de serviços continuados de ajudante de cozinha, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atuação no apoio às atividades da Cozinha do Rancho Geral do Centro de Intendência da Marinha em Brasília (CeIMBra).

O Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, é uma ferramenta destinada à aquisição futura de bens e serviços comuns, de forma parcelada, e geralmente utilizado quando não se sabe com exatidão a quantidade nem a periodicidade das aquisições ou contratações.

Entretanto, no presente caso, não se verifica a adequação do uso do SRP, pelos seguintes motivos:

- O serviço a ser contratado será prestado de forma contínua, ininterrupta e com quantidade definida de postos de trabalho, com previsão de custos mensais fixos durante a vigência do contrato;
- Trata-se de uma necessidade permanente da Administração, cuja prestação exige execução imediata e constante, sendo incompatível com a natureza eventual ou por demanda do Sistema de Registro de Preços;
- O objeto não será adquirido por outros órgãos nem há previsão de adesões (caronas), o que inviabiliza os ganhos de escala normalmente associados ao SRP;
- A contratação requer dedicação exclusiva de mão de obra, o que implica a gestão contínua de pessoal, folha de pagamento, encargos e obrigações trabalhistas, sendo incompatível com contratações eventuais ou sob demanda.

Assim, conforme orientações contidas no Guia de Referência do Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Federal, não se recomenda a utilização do SRP para serviços com dedicação exclusiva, cuja contratação deve ser realizada por meio de licitação específica e com objeto claramente delimitado.

Dessa forma, opta-se pela realização de processo licitatório próprio, com contratação direta para prestação do serviço de forma contínua, de modo a atender com eficiência e previsibilidade às necessidades institucionais do CeIMBra, garantindo o cumprimento da missão do órgão e a prestação de serviços de alimentação adequados aos militares e servidores atendidos.

## 18. Atividade de Custeio

Objeto da contratação: Prestação de serviços continuados de ajudante de cozinha, com dedicação exclusiva de mão de obra, em quantidade estimada de 08 postos de trabalho, para atendimento das necessidades do Centro de Intendência da Marinha em Brasília (CeIMBra).

Código CATSER: 5380 (Serviços de apoio à alimentação)

### 1. Enquadramento como Atividade de Custeio

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 e com o Art. 2º da Portaria ME nº 7.828/2022, consideram-se atividades de custeio aquelas diretamente relacionadas ao apoio às atividades institucionais dos órgãos públicos. Dentre os exemplos expressamente elencados nos normativos mencionados, destacam-se:

II - os serviços de [...] copeiragem, recepção [...] [...] e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

A prestação de serviços de ajudante de cozinha, no contexto de apoio contínuo às atividades institucionais e operacionais da Organização Militar, insere-se na categoria de serviços gerais de alimentação, apoio logístico e operacional, tendo como principal objetivo assegurar as condições básicas de funcionamento e bem-estar da força de trabalho.

Dessa forma, o objeto em análise configura-se como atividade de custeio, uma vez que:

- Trata-se de serviço auxiliar essencial ao funcionamento cotidiano da OM;
- Apoia diretamente o desempenho de funções institucionais;
- Não se enquadra como despesa de investimento, tampouco como despesa de capital (como aquisição de bens permanentes ou obras).

### 2. Governança e Instância Autorizadora

Com base no item 4.2, alínea “b” da Circular SGM nº 16/2025, e considerando que a contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, o critério para definição da instância autorizadora deve observar o valor anual do contrato.

Neste caso:

- Valor anual da contratação: R\$ 622.461,20
- O valor está abaixo de R\$ 1.000.000,00, o que, conforme o item 4.1, alínea “c” da Circular, permite que a autorização seja concedida pelo titular do Órgão de Assistência Direta e Imediata ou de Entidade Vinculada ao Comandante da Marinha, sendo dispensado o envio prévio ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM).

### 3. Conclusão

À luz da legislação vigente e dos normativos internos da Marinha do Brasil, a contratação de serviços continuados de ajudante de cozinha com dedicação exclusiva de mão de obra enquadra-se como atividade de custeio, nos termos do Decreto nº 10.193/2019 e da Portaria ME nº 7.828/2022, sendo aplicável o rito de autorização previsto na Circular SGM nº 16/2025.

Não havendo extrapolação do limite de R\$ 1.000.000,00 anuais, a autorização poderá ser dada pela autoridade competente da Organização proponente, conforme os parâmetros legais e regimentais.

## 19. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretendida trará vários benefícios diretos e indiretos ao MD em termos de economicidade, eficiência, eficácia e melhor alocação dos recursos humanos, materiais e financeiros, gerando maior qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

Dentre os benefícios pretendidos, podem ser citados:

#### - Garantia da continuidade dos serviços essenciais de alimentação

Assegura o funcionamento ininterrupto da cozinha e do rancho, garantindo o preparo, apoio e distribuição adequada das refeições aos militares e servidores, mesmo em períodos de maior demanda, licenças ou férias do efetivo.

#### - Alocação eficiente do efetivo militar

Permite que o pessoal militar seja direcionado a atividades finalísticas e estratégicas da Marinha, enquanto as tarefas operacionais de apoio à cozinha são desempenhadas por profissionais civis especializados.

#### - Padronização e qualidade dos serviços prestados

Com profissionais contratados exclusivamente para esta finalidade, é possível alcançar maior uniformidade na execução das tarefas, aumentando a qualidade no atendimento e no serviço de alimentação.

#### - Cumprimento da legislação trabalhista e mitigação de riscos jurídicos

A terceirização com dedicação exclusiva garante o cumprimento das normas trabalhistas, previdenciárias e de segurança no trabalho, sendo a empresa contratada responsável pela regularidade e treinamento dos funcionários.

#### - Maior eficiência administrativa

Reduz a sobrecarga administrativa com gestão de pessoal próprio e possibilita foco nas atividades de planejamento, controle e fiscalização do contrato.

#### - Flexibilidade e celeridade na substituição de mão de obra

A empresa contratada deverá manter profissionais aptos para reposição imediata em casos de ausência, licenças ou desligamentos, minimizando riscos de descontinuidade.

#### - Atendimento aos padrões de higienização e segurança alimentar

A presença de profissionais capacitados contribui para o cumprimento das exigências sanitárias e das boas práticas de manipulação de alimentos, conforme as normas da ANVISA e do Ministério da Saúde.

No caso da contratação deste objeto, poderá ser elaborado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que constará como anexo do Termo de Referência.

## 20. Providências a serem Adotadas

Em princípio prevê-se que o futuro contrato tenha duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, na forma da Lei nº 14.133/2021.

Caberá a Divisão de Municciamento do CeIMBra informar a distribuição dos profissionais da empresa a ser contratada e transmitir por instrumentos próprios as orientações para a realização do serviço;

13.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA se darão por intermédio do preposto da empresa, e serão adotados mecanismos tais como ofícios, circulares ou correio eletrônico institucional, sendo também admissível a comunicação por outras ferramentas digitais como o aplicativo de conversas "WhatsApp". O preposto da contratada deverá deter amplos poderes para controlar frequência, pontualidade, sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do Contrato, sem ônus adicional para CeIMBra.

13.4. Espera-se que o preposto seja qualificado para desempenhar as seguintes tarefas:

- Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- Acompanhar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;
- Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
- Cumprir e fazer cumprir, por parte dos empregados da Contratada, todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Instituto, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;
- Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- Relatar ao responsável pela fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
- Encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;
- Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado;
- Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada respondendo, perante o Instituto, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

## 21. Possíveis Impactos Ambientais

### Alinhamento do Termo de Referência com as Diretrizes de Sustentabilidade Ambiental

O Termo de Referência referente à contratação de serviços contínuos de ajudante de cozinha, com dedicação exclusiva de mão de obra, está estruturado em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), adotado pelo Comando do 7º Distrito Naval (Com7ºDN).

Nesse contexto, foram observadas as diretrizes internas que atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental, em consonância com a NORMA TÉCNICA AMBIENTAL SOBRE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE TERRA (NORTAM-02/DPC – 2ª Revisão). Tal norma estabelece, entre outras obrigações, que as Organizações Militares com atividades predominantemente administrativas devem implementar um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), com procedimentos formalizados e eficazes para a destinação ambientalmente adequada de resíduos e efluentes.

O objeto desta contratação, embora voltado à área de apoio às atividades de alimentação, está inserido em um ambiente organizacional que exige observância estrita às práticas sustentáveis. Nesse sentido, o Termo de Referência contempla medidas e procedimentos alinhados ao PGRS vigente, garantindo que os serviços de ajudante de cozinha observem as boas práticas de manipulação, descarte e segregação de resíduos, de acordo com os critérios ambientais estabelecidos.

O alinhamento é reforçado pela adoção das seguintes normas internas do Complexo Naval de Brasília (CNB), subordinado ao Com7ºDN:

- NORDNAVBRA 03.2-20 – Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis no âmbito do Complexo Naval de Brasília (CNB); e
- NORDNAVBRA 03.2-22 – Procedimento para o recolhimento dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados no âmbito do Complexo Naval do Comando da Marinha.

Além disso, o Termo de Referência contempla ações ambientais específicas associadas à rotina de serviços de cozinha, como a separação correta de resíduos, o uso racional de recursos (água, energia e insumos) e a redução do desperdício de alimentos.

Dessa forma, o presente Termo de Referência está plenamente alinhado às diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas na NORTAM-02/DPC, nas normas internas do Com7ºDN e no PLS, contribuindo para a promoção da responsabilidade socioambiental, do uso eficiente de recursos públicos e da melhoria contínua da gestão ambiental no âmbito da Marinha do Brasil.

### Diretrizes de Sustentabilidade na Execução dos Serviços

Os serviços previstos neste instrumento, relacionados à contratação de ajudante de cozinha com dedicação exclusiva de mão de obra, são atividades de apoio logístico essenciais à atividade-fim deste Órgão. A contratada será devidamente orientada sobre a importância das políticas de sustentabilidade, conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União, em consonância com as políticas públicas vigentes na área de contratações sustentáveis.

Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser priorizada a aquisição de produtos e a execução de serviços que atendam a critérios compatíveis com padrões sustentáveis, observando-se, dentre outras, as seguintes normativas e legislações ambientais e de eficiência energética:

- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;
- Decreto nº 4.131, de 14/02/2002, relativo às medidas emergenciais para redução do consumo de energia elétrica;
- Lei nº 6.938, de 31/08/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 9.605, de 12/02/1998, que trata dos Crimes Ambientais;
- Lei nº 10.295, de 17/10/2001, que dispõe sobre Eficiência Energética;
- Lei nº 12.305, de 02/08/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010;
- e demais normas aplicáveis.

A contratada deverá cumprir rigorosamente as exigências legais de sustentabilidade ambiental durante a execução dos serviços, observando especialmente:

- A racionalização e economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;
- A utilização de produtos e processos que causem menor impacto ambiental, priorizando aqueles naturais, não alergênicos e que reduzam desconfortos ao usuário, bem como equipamentos eficientes;
- O controle, segregação e destinação adequada dos resíduos, promovendo a reciclagem e a correta separação dos resíduos sólidos gerados;
- A realização de treinamentos e capacitações periódicas para os empregados, abordando boas práticas para redução do desperdício e da poluição.

No que se refere às condições de trabalho da mão de obra fornecida pela contratada, deverão ser rigorosamente observadas as normas regulamentadoras expedidas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

A contratada deverá cumprir a legislação trabalhista vigente quanto à jornada de trabalho, normas coletivas da categoria profissional e normas internas de segurança e saúde no trabalho.

É responsabilidade da contratada promover treinamentos e capacitações periódicas para seus empregados, abordando as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho, prevenção de incêndios, práticas de redução do consumo de água, energia e diminuição da geração de resíduos, com o objetivo de implementar melhorias contínuas durante a prestação dos serviços.

Devem ser adotadas boas práticas para otimização do uso dos recursos e redução dos desperdícios, incluindo:

- Treinamento contínuo dos empregados em práticas voltadas ao consumo consciente;
- Incentivo à redução do desperdício de recursos naturais;
- Destinação adequada dos resíduos sólidos às lixeiras apropriadas para subsidiar a coleta seletiva;
- Preferência pela contratação de mão de obra de origem local, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

## 22. Classificação do TR Lei nº 12.527

### **Justificativa para não classificação do Termo de Referência como sigiloso**

No âmbito da elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, foi realizada análise quanto à necessidade de classificação do Termo de Referência (TR) em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Considerando que o TR trata da contratação de serviços contínuos de ajudante de cozinha, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e que seu conteúdo não envolve informações estratégicas, dados pessoais sensíveis, segredos industriais, documentos técnicos confidenciais ou qualquer informação que possa comprometer a segurança institucional, a privacidade ou o interesse público, conclui-se que não há necessidade de classificar o Termo de Referência como sigiloso.

Assim, o TR poderá ser disponibilizado para acesso público, respeitando os princípios da transparência e da publicidade previstos na legislação vigente, garantindo o controle social e a legitimidade dos processos administrativos.

## 23. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 23.1. Justificativa da Viabilidade

A análise de viabilidade considerou os **aspectos técnico-econômicos** da contratação, avaliando se a solução apresentada atende integralmente à necessidade identificada e se os quantitativos estimados são coerentes com a demanda real e com a capacidade operacional da Administração. Verificou-se que o objeto proposto é tecnicamente compatível com a finalidade da contratação, observando-se os parâmetros mínimos de desempenho, qualidade e segurança necessários ao atendimento do interesse público.

No tocante à **viabilidade econômica**, a avaliação concentrou-se em dois eixos principais:

**a) Disponibilidade orçamentária** — confirmou-se que os custos estimados podem ser suportados pelas dotações já previstas no planejamento orçamentário da Organização Militar, não havendo risco de insuficiência de recursos para a execução contratual. Os valores foram analisados à luz dos limites anuais de despesa, dos créditos previstos e das projeções de execução financeira.

**b) Razoabilidade dos preços de mercado** — a pesquisa de preços demonstrou que os valores praticados pelo mercado são compatíveis com a solução pretendida, situando-se dentro de parâmetros aceitáveis de economicidade. Os preços estimados refletem a realidade do mercado fornecedor e não apresentam indícios de sobrepreço ou práticas incompatíveis com os princípios da Administração Pública.

Adicionalmente, avaliou-se que, caso a solução fosse extraordinária ou inovadora no mercado, com oferta restrita ou preços elevados, seriam necessárias análises adicionais de proporcionalidade e custo-benefício. Entretanto, no presente caso, a solução é amplamente disponível, consolidada no mercado e apresenta custos compatíveis com outras necessidades da Administração.

Diante do exposto, conclui-se que a solução é **viável técnica e economicamente**, atende ao interesse público, é compatível com o planejamento orçamentário da Unidade e apresenta estimativas de custos proporcionais à realidade de mercado. Assim, confirma-se a viabilidade da contratação.

## 24. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GABRIEL ZAREBA ESTEVAO**

Membro da Equipe de Planejamento

**RODOLFO DE PAULA MARQUES**

Membro da Equipe de Planejamento

**JULIANA ARAUJO SOARES DE SOUSA**

Coordenadora da Equipe de Planejamento

Despacho: Aprovo

**BRUNO SANTA RITA MOREIRA**

Autoridade competente